



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

TERMO DE REFERÊNCIA

1. Definição do objeto

Contratação do serviço de transporte de urnas eletrônicas e materiais eleitorais que compreende, na véspera do pleito: o recolhimento nos locais de armazenamento e entrega em todos os locais de votação de Santa Catarina das urnas, cabinas de votação e pastas de mesários; e, no dia da eleição: o recolhimento nos locais de votação e entrega nos locais de apuração, das urnas, cabinas de votação e pastas de mesário, contendo o material usado nas seções eleitorais, além dos envelopes de segurança contendo as mídias e documentos com o resultado das seções eleitorais.

Ao final de cada etapa, a empresa deverá entregar nos cartórios os controles e recibos assinados pelos colaboradores da justiça eleitoral (delegados de prédio) contendo os horários das entregas ou recolhimentos.

Trata-se de serviço de natureza essencial para a realização do pleito eleitoral, cuja adequada execução impacta diretamente a regularidade da votação e a tempestividade da apuração dos resultados, demandando elevado nível de planejamento, organização e controle operacional.

2. Fundamentação da Contratação

Nas próximas Eleições, a serem realizadas no mês de outubro de 2026, participarão, no Estado de Santa Catarina, pouco mais de 5,5 milhões de eleitores, cadastrados em 17,5 mil seções eleitorais, aproximadamente.

Estas seções eleitorais deverão estar distribuídas em cerca de 3.500 diferentes locais de votação, localizados em área urbana ou rural, em 295 municípios e 100 zonas eleitorais.

Para a consolidação da missão institucional da Justiça Eleitoral, é necessário fazer chegar aos locais de votação as urnas eletrônicas e demais materiais a fim de garantir ao eleitorado o efetivo exercício do direito fundamental de voto. De igual forma, deverão ser transportados, com total segurança aos locais de apuração, as urnas, os materiais, e as mídias que contém o resultado das eleições de cada seção eleitoral.

As urnas, cabinas e pastas de mesários deverão ser entregues na véspera das eleições (3 de outubro, sábado), após às 12h, pois no mesmo dia a Comissão de Auditoria da Votação Eletrônica deverá promover, entre às 9h (nove horas) e às 12h (doze horas), os sorteios das seções eleitorais cujas urnas serão submetidas aos procedimentos de auditoria da votação eletrônica (Res. TSE n. 23.673/2021 com redação dada pela Res. TSE n. 23.758/2026).

Para realizar a entrega das aproximadamente 17.500 urnas, 17.500 cabinas e 17.500 pastas, em cerca de 3.500 locais de votação, em tão curto espaço de tempo (sábado à tarde) são necessários cerca de 900 roteiros simultâneos, realizados por veículos de diferentes tamanhos, conforme histórico de eleições pretéritas. Para recolhimento das



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

urnas, são igualmente necessários aproximadamente 900 roteiros; quanto ao recolhimento das mídias, a estimativa é de 1.000 roteiros, os quais devem ser realizados por motocicleta, em razão do volume reduzido e da agilidade requerida para a apuração das eleições, salvo os casos específicos em que há roteiro único para transporte de urnas e mídias ou quando o roteiro for executado pelo cartório.

A Justiça Eleitoral catarinense não possui, em seu quadro funcional, recursos humanos necessários para a execução dessa vultosa atividade. Tampouco, possui a infraestrutura de logística adequada (veículos e motos) para realizar esse serviço.

Ressalta-se, ainda, a importância do adequado planejamento e coordenação das atividades logísticas envolvidas, considerando a experiência de execuções anteriores, o que justifica a adoção de requisitos mais detalhados neste Termo de Referência.

3. Descrição da solução

Contratação do serviço de transporte de urnas eletrônicas e materiais eleitorais que compreende, na véspera do pleito: o recolhimento nos locais de armazenamento e entrega em todos os locais de votação de Santa Catarina das urnas, cabinas de votação e pastas de mesários; e, no dia da eleição: o recolhimento nos locais de votação e entrega nos locais de apuração, das urnas, cabinas de votação e pastas de mesário contendo o material usado nas seções eleitorais, além dos envelopes de segurança contendo as mídias e documentos com o resultado das seções eleitorais, conforme detalhamento a seguir:

1. Recebimento de urnas eletrônicas, cabinas de votação e pastas de mesários em cerca de 77 locais de armazenamento em diferentes municípios sedes de zonas eleitorais do Estado de Santa Catarina, transporte aos locais de votação e entrega aos Administradores de prédio designados pela Justiça Eleitoral de aproximadamente 17.500 urnas, 17.500 cabinas de votação e 17.500 pastas de mesários em cerca de 3.500 locais nos 295 municípios de Santa Catarina, no dia 3 de outubro de 2026 (sábado), sendo aproximadamente 2.000 locais em área urbana e 1.500 locais em área rural;
2. Coleta nos locais de votação citados no item 1, transporte aos locais de apuração ou de armazenamento e entrega aos auxiliares de secretaria das juntas eleitorais, servidores ou prepostos designados pela Justiça Eleitoral, no dia 4 de outubro de 2026 (domingo), depois de encerrado o processo de votação (a partir das 17h), das urnas, cabinas de votação e pastas de mesário contendo o material usado nas seções eleitorais;
3. Coleta nos locais de votação citados no item 1, transporte e entrega aos auxiliares de secretaria das juntas eleitorais ou servidores designados pela Justiça Eleitoral, nos locais de apuração, no dia 4 de outubro de 2026 (domingo), após encerrado o processo de votação (a partir das 17h), dos envelopes de segurança contendo mídia e documentos com o resultado das eleições nas seções eleitorais correspondentes;



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

4. Nas Eleições Gerais de 2026, poderá haver 2º turno para cargo de Presidente da República e/ou Governador do Estado. Em havendo, as operações deverão ser repetidas pela Contratada em todo o Estado, nos dias 24 de outubro de 2026 (item 1) e 25 de outubro de 2026 (itens 2 e 3);

5. Ao final de cada etapa, a empresa deverá entregar nos cartórios os controles e recibos assinados pelos colaboradores da justiça eleitoral (delegados de prédio) contendo os horários das entregas ou recolhimentos.

Os roteiros de entrega e coleta dos materiais deverão ser elaborados a partir de versão preliminar disponibilizada via sistema Rotas pela STI/Coordenadoria de Eleições e cartórios eleitorais. Os roteiros definitivos deverão ser feitos de comum acordo com as chefias dos cartórios das 100 zonas eleitorais do Estado, cabendo a estas a decisão final.

A definição dos roteiros não afasta a responsabilidade da Contratada quanto à sua viabilidade e adequada execução, devendo esta promover os ajustes necessários para garantir o cumprimento dos prazos e condições estabelecidos neste Termo de Referência.

As atividades descritas deverão ser executadas de forma coordenada, garantindo o cumprimento dos prazos estabelecidos e a adequada movimentação dos materiais eleitorais.

A título de informação, as caixas das urnas eletrônicas medem:

- Modelos até 2018: 52 cm de largura, 24 cm de altura e 42 cm de profundidade;
- Modelos a partir de 2020: 42,5 cm de largura, 29,5 de altura e 41,5 de profundidade;
- As cabinas de votação, confeccionadas em papelão, medem, quando dobradas para transporte, 90 cm de altura, 41 cm de largura e 2 cm de espessura;
- Pastas de mesários: 40 cm de largura, 35 cm de altura e 4 cm de espessura.

As dimensões informadas deverão ser consideradas pela Contratada para fins de planejamento logístico e definição dos veículos a serem utilizados.

3.1. Estudo Técnico Preliminar

Estudo Técnico Preliminar elaborado nos autos do **PAE n. 5.854/2026**, que fundamenta a presente contratação, especialmente quanto à definição da solução e à estimativa dos quantitativos.

3.2. Marcas e Modelos / Códigos de Referência

Não se aplica.

3.3. Códigos SIASG

3263 – Transporte rodoviário – cargas / encomendas.

4. Requisitos da contratação



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Contratação do serviço de transporte de urnas eletrônicas e materiais eleitorais que compreende, na véspera do pleito: o recolhimento nos locais de armazenamento e entrega em todos os locais de votação de Santa Catarina das urnas, cabinas de votação e pastas de mesários; e, no dia da eleição: o recolhimento nos locais de votação e entrega nos locais de apuração, das urnas, cabinas de votação e pastas de mesário contendo o material usado nas seções eleitorais, além dos envelopes de segurança contendo as mídias e documentos com o resultado das seções eleitorais.

4.1 Disponibilidade de veículos e pessoal

A empresa contratada deverá demonstrar que possui disponibilidade de veículos e pessoal técnico adequados para a realização do objeto da licitação, que compreende um número estimado de 900 (novecentos) roteiros simultâneos, tanto para entrega quanto para coleta de urnas e cabinas, bem como de 1.000 (um mil) roteiros simultâneos para coleta de mídias de resultado.

A comprovação da disponibilidade de veículos e pessoal deverá ser apresentada de forma detalhada, contemplando a estimativa de alocação por tipo de roteiro, podendo o TRE-SC solicitar documentos complementares que evidenciem a capacidade operacional declarada.

Na execução de cada roteiro, a empresa contratada deverá dispor de colaboradores suficientes para realizarem a condução do veículo, bem como carregar e descarregar as urnas e demais materiais dos locais de armazenamentos (na distribuição), e dos locais de votação (na coleta).

A definição das equipes deverá ser compatível com as características de cada roteiro, sendo de responsabilidade da Contratada assegurar o adequado dimensionamento para o cumprimento dos prazos e condições estabelecidos.

4.1.1. Prepostos

A empresa deverá apresentar 2 (dois) prepostos para atuarem presencialmente na sede do TRE-SC, em horário coincidente com o expediente do Tribunal, a partir de 03/08/2026 e durante toda a execução do contrato. Deve, ainda, indicar prepostos locais, sendo necessariamente um por município sede de zona eleitoral, para atuarem a partir de 10/08/2026 e durante toda a execução do contrato.

Os prepostos deverão atuar de forma efetiva na coordenação das atividades, assegurando a comunicação com a fiscalização e o adequado acompanhamento da execução dos serviços.

4.2. Planejamento de Roteiros

A empresa contratada deverá realizar o levantamento prévio e o planejamento das rotas, garantindo que suas equipes e prepostos tenham pleno domínio geográfico das regiões de atuação, especialmente em áreas rurais e locais de difícil acesso, onde seja recomendada



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

a utilização de veículo com tração nas quatro rodas (4x4) ou que exijam transporte aquático.

O planejamento das rotas deverá ser realizado de forma detalhada, considerando as particularidades locais e eventuais riscos operacionais, de modo a assegurar a plena execução dos serviços.

Poderá ocorrer de algumas das regiões ou municípios não utilizarem os serviços desta contratação. Neste caso, não será devido o pagamento respectivo.

A definição sobre os locais onde haverá transporte ocorrerá até 18/09/2026, data prevista para a finalização dos roteiros e sua entrega ao preposto.

Fica registrado, como subsídio à proposta de preços, que o histórico recente aponta as seguintes quantidades executadas pela empresa contratada:

a) Eleições 2022:

- Distribuição de urnas: 848 roteiros com 3.458 locais de votação, sendo 1.846 urbanos e 1.612 rurais;
- Coleta de urnas (ou urnas e mídias): 897 roteiros com 3.462 locais de votação, sendo 1.848 urbanos e 1.614 rurais;
- Coleta de mídias: 959 roteiros com 3.002 locais de votação, sendo 1.636 urbanos e 1.366 rurais.

b) Eleições 2024:

- Distribuição de urnas: 853 roteiros com 3.393 locais de votação, sendo 1.898 urbanos e 1.495 rurais;
- Coleta de urnas (ou urnas e mídias): 899 roteiros com 3.392 locais de votação, sendo 1.897 urbanos e 1.495 rurais;
- Coleta de mídias: 881 roteiros com 2.831 locais de votação, sendo 1.577 urbanos e 1.227 rurais.

4.2.1. Utilização de softwares de controle

O TRE-SC poderá oferecer ferramenta (software) para confirmação da entrega/recebimento dos equipamentos e materiais mediante a leitura de Qr-code por dispositivos móveis (smartphones). Para tanto, a empresa deverá possibilitar a utilização da ferramenta por seus colaboradores, fornecendo ao condutor smartphones com conectividade à internet, se necessário.

Caso disponibilizada pelo TRE-SC, a utilização da ferramenta será obrigatória para fins de registro e comprovação da execução dos serviços.

Os veículos utilizados e/ou seus respectivos condutores deverão permitir o compartilhamento de sua localização em tempo real, se solicitado pelo TRE-SC.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

O compartilhamento de localização deverá ser mantido durante toda a execução dos roteiros, sempre que solicitado pelo TRE-SC.

4.2.2. Frota

Os veículos automotores a serem utilizados para a distribuição e o recolhimento das urnas, cabinas e materiais eleitorais serão de porte adequado a cada roteiro, de forma a agilizar a execução dos serviços, acondicionando-se as urnas exclusivamente nos compartimentos de carga dos veículos.

Será aceito que o compartimento de carga seja ampliado por meio do rebatimento de bancos traseiros, desde que isto torne a área de carga plana para que as urnas sejam acomodadas adequadamente sem risco de queda.

O compartimento de carga deve ser fechado, com estrutura rígida e eficiente para proteger as urnas de chuva e quedas durante o transporte, bem como evitar furto dos materiais.

Não será admitida a utilização de lonas plásticas ou similares soltas para cobrir o compartimento de carga.

No transporte das urnas, será observado o empilhamento máximo de caixas das urnas eletrônicas conforme orientação constante nas respectivas embalagens.

Os veículos deverão apresentar condições adequadas de conservação e funcionamento, compatíveis com a natureza do serviço, podendo ser rejeitados pela fiscalização aqueles que não atendam às exigências estabelecidas.

Além dos veículos previstos para atender ao número de roteiros fixados, a Contratada disponibilizará automóveis de reserva para cobrir eventualidades com os alocados, numa quantidade mínima de 1 (um) carro e 1 (uma) moto reserva por município sede de zona (Anexo II).

Os veículos de reserva deverão permanecer disponíveis durante todo o período de execução em condições de uso imediato.

Os veículos automotores a serem utilizados nos roteiros exclusivos de mídias serão motocicletas.

5. Modelo de execução do objeto

5.1. Prazos

Id.	Etapas	Entregas	Data	Responsável
1	REUNIÃO INICIAL DO CONTRATO	Indicar nomes dos prepostos que atuarão no TRE/SC; e-mail para comunicação oficial.	Até 03/08/2026	Empresa e Gestor/Fiscal Técnico do contrato



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Id.	Etapas	Entregas	Data	Responsável
2	Indicação dos prepostos e apresentação de declaração de ciência do objeto e obrigações contratuais	Informar via email ao Fiscal Técnico e ao juízo eleitoral o nome e contato de Whatsapp dos prepostos que atuarão junto às ZEs, bem como apresentar declaração da cláusula 5.8.14.	Até 10/08/2026	Empresa/ Fiscal Técnico e ZE
3	Iniciar tratativas com cada cartório eleitoral para posterior definição dos roteiros	As tratativas deverão ocorrer de forma efetiva, com a participação ativa dos prepostos, visando assegurar a adequada definição dos roteiros	Até 14/08/2026	Empresa - prepostos locais
4	Definição dos roteiros	Roteiros em versão preliminar	Até 04/09/2026	ZE e Empresa
5	Envelopes dos roteiros de mídias (cláusula 5.8.25)	Entrega em cada um dos cartórios eleitorais	Até 15/09/2026	Empresa
6	Reunião presencial para confirmação dos roteiros e ajustes finais	Roteiros revisados (versão final)	Até 18/09/2026	ZE e Empresa
7	Identificação de veículos e motoristas	Informar às ZEs os CPF dos motoristas e modelo e marca dos veículos	Até 18/09/2026	Empresa
8	Prazo para contestação pelo Fiscal Setorial	Contestação caso o fiscal entenda que o veículo não é adequado ao roteiro	Até 22/09/ 2026	ZE
9	Prazo para solucionar a contestação pelo Fiscal Setorial	Demonstração de adequação de veículos, se houver contestação pelo fiscal	Até 25/09/ 2026	ZE e Empresa



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Id.	Etapas	Entregas	Data	Responsável
10	Distribuição das urnas, cabinas, pastas de mesários e devolução dos recibos assinados	Urnas, cabinas e pastas de mesários distribuídos e Recibos assinados com horários	03/10/2026	Empresa
11	Recolhimento das urnas, mídias, materiais e entregas dos recibos assinados	Urnas, mídias, materiais coletados e recibos assinados com horários	04/10/2026	Empresaprópria

Os dados referem-se ao 1º turno das eleições (havendo 2º turno, repetem-se os itens 5, 6, 10 e 11 ajustando-se o cronograma).

O cumprimento dos prazos estabelecidos neste subitem é condição essencial para a adequada execução da operação, devendo a Contratada observar rigorosamente as etapas previstas e adotar todas as medidas necessárias para assegurar seu fiel cumprimento.

5.2. Local de entrega ou prestação dos serviços

Os roteiros de entrega e coleta dos materiais deverão ser elaborados a partir de versão preliminar disponibilizada via sistema informatizado desenvolvido pelo TRE-SC. Os roteiros definitivos deverão ser feitos de comum acordo com as chefias dos cartórios das 100 zonas eleitorais do Estado, cabendo a estas a decisão final.

A participação das zonas eleitorais na definição dos roteiros não afasta a responsabilidade da Contratada quanto à sua viabilidade e adequada execução, devendo esta promover os ajustes necessários para assegurar o cumprimento das condições estabelecidas.

As quantidades de locais e de roteiros realizados em 2024, conforme informações registradas pelos cartórios eleitorais, estarão disponíveis no site do TRE-SC em link a ser informado no Edital.

As informações disponibilizadas deverão ser consideradas pela Contratada no planejamento e execução dos serviços.

5.3. Recebimento provisório e definitivo

- a) o recebimento provisório ocorrerá na data de entrega do objeto contratado;
- b) o recebimento definitivo dar-se-á em até 10 (dez) dias úteis após o recebimento provisório do objeto, exceto se houver atraso motivado pela Contratada, hipótese em que o prazo terá seu início contado a partir do saneamento de todas as pendências.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

5.4. Pagamento

O prazo máximo para a efetivação do pagamento será de 10 (dez) dias úteis após o recebimento definitivo do objeto.

5.5. Garantia do objeto

Não se aplica.

5.6. Vigência da contratação

O contrato terá vigência a partir da data da sua assinatura até o recebimento definitivo do objeto.

5.7. Obrigações do Contratante

5.7.1. O Contratante deverá cumprir com as seguintes obrigações durante a vigência do Contrato:

5.7.1.1. promover, por meio de seus representantes, a fiscalização do Contrato, em conformidade com a Lei n. 14.133/2021;

5.7.1.2. efetuar o pagamento à Contratada, de acordo com as condições, no preço e no prazo estabelecidos no edital licitatório. Os pagamentos serão efetuados da forma definida no instrumento contratual, e vinculados à entrega dos serviços pela Contratada, e sua aprovação pelo Contratante;

5.7.1.3. sustar a execução de quaisquer trabalhos por estarem em desacordo com o especificado ou por outro motivo que justifique tal medida;

5.7.1.4. fornecer à Contratada todas as informações relacionadas com o objeto do Contrato, visando a obter os melhores resultados na prestação dos serviços;

5.7.1.5. exigir da Contratada, a qualquer tempo, a comprovação das condições de habilitação exigidas nesta contratação;

5.7.1.6. acompanhar a execução dos serviços de forma contínua, por meio de seus representantes, adotando as medidas necessárias para assegurar o cumprimento das condições estabelecidas neste Termo de Referência.

5.8. Obrigações da Contratada

5.8.1. executar o objeto nas condições estipuladas neste Termo de Referência e em sua proposta, assegurando o cumprimento integral das obrigações assumidas;

5.8.2. iniciar a prestação dos serviços na data da reunião inicial, conforme apontado no subitem 5.1 deste Termo de Referência, observando rigorosamente o cronograma estabelecido;

5.8.3. efetuar a entrega das urnas, cabinas e demais materiais eleitorais até às **19 horas** do dia **3 de outubro de 2026**, nos locais de votação, iniciando os trabalhos no período vespertino, até às 14 horas, conforme acerto com o Juiz Eleitoral;



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

5.8.4. efetuar a **entrega das urnas, pastas de mesário e cabinas** até às **20 horas** do dia **4 de outubro de 2026**, nos locais de apuração ou armazenamento, excepcionando-se as situações em que haja atraso no encerramento da votação;

5.8.5. realizar a **entrega dos envelopes contendo as mídias e documentos com resultados** das seções eleitorais coletados nos locais de votação após o encerramento do processo de votação, até às **19 horas** do dia **4 de outubro de 2026**, nos locais de apuração, excepcionando-se as situações em que haja atraso no encerramento da votação;

5.8.6. havendo 2º turno, repetir as operações entregando as urnas e materiais nos horários estipulados, nos dias 24 de outubro de 2026 (**item 1**) e 25 de outubro de 2026 (**itens 2 e 3**);

5.8.7. as atividades deverão ser executadas de forma coordenada, garantindo o cumprimento dos prazos estabelecidos e a integridade dos materiais transportados;

5.8.8. ao final de cada etapa, entregar nos cartórios eleitorais os controles e recibos assinados pelos colaboradores da justiça eleitoral (administradores de prédio) contendo os horários das entregas ou recolhimentos;

5.8.9. a entrega dos controles e recibos deverá ocorrer de forma completa e sem inconsistências, constituindo elemento de comprovação da execução dos serviços;

5.8.10. designar formalmente **2 (dois) prepostos** para atuarem **no TRE-SC**, com infraestrutura própria de comunicação (telefone celular e e-mail) e autonomia gerencial, desde 3 de agosto de 2026, nos dias de semana, e na véspera (durante o período vespertino) e no dia da eleição (1º e 2º turnos), quando deverão estar presentes durante toda a execução da operação;

5.8.11. os prepostos deverão atuar de forma efetiva na coordenação das atividades, assegurando a comunicação com a fiscalização e a pronta adoção de medidas para solução de eventuais ocorrências;

5.8.12. designar formalmente **1 (um) preposto** com autonomia gerencial para atuar em cada município sede de zona eleitoral do Estado (conforme Anexo II), durante toda a execução da operação, sendo obrigatória a presença física dele no cartório na reunião final de definição de roteiros, na véspera e na data do pleito (1º e 2º turnos);

5.8.13. o preposto deverá acompanhar a execução dos roteiros sob sua responsabilidade, atuando de forma proativa na solução de eventuais dificuldades operacionais.

5.8.14. todos os prepostos deverão, até 10/08/2026, apresentar declaração de que:

5.8.14.1. estão cientes do inteiro teor do contrato firmado, em especial do seu objeto e das obrigações da Contratada;

5.8.14.2. estão cientes dos roteiros realizados em 2024 nas Zonas Eleitorais correspondentes, adotando-os como referência para o planejamento das atividades e execução dos serviços em 2026;



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

5.8.14.3. não possuem vínculo em até segundo grau, ainda que por afinidade, com candidato registrado junto à circunscrição onde prestará serviço;

5.8.15. é responsabilidade da Contratada realizar o levantamento prévio e o planejamento das rotas, garantindo que suas equipes e prepostos tenham pleno domínio geográfico das regiões de atuação, especialmente em áreas rurais e locais de difícil acesso ou que exijam transporte aquático;

5.8.16. os prepostos locais deverão iniciar tratativas com cada cartório eleitoral para posterior definição dos roteiros até 14 de agosto de 2026;

5.8.17. é obrigação da Contratada, por meio de seus prepostos, dar imediato atendimento (pronta resposta em até 24 horas) às dúvidas e demandas dos cartórios eleitorais (fiscais setoriais);

5.8.18. o atendimento às demandas deverá ocorrer de forma compatível com a criticidade da operação, especialmente nos períodos de execução do transporte das urnas e mídias;

5.8.19. o preposto de cada zona eleitoral deve realizar **reunião PRESENCIALMENTE com o(s) juíze(s) eleitoral(is)**, após a definição dos roteiros, até os dias **18 de setembro de 2026** (1º turno) e **16 de outubro de 2026** (2º turno), para definição final de questões administrativas;

5.8.20. realizar a distribuição e coleta de urnas, pastas, cabinas e demais materiais, utilizando-se de funcionários em quantidade suficiente para a realização das atividades necessárias (condução do veículo, carregamento dos materiais e preenchimento de controles/recibos) e cumprimento dos prazos definidos nos **subitens 1 a 11 do subitem "5.1. Prazos"**;

5.8.21. a quantidade de funcionários deverá ser suficiente para garantir o cumprimento integral dos roteiros e prazos estabelecidos, não sendo admitidas falhas decorrentes de dimensionamento inadequado;

5.8.22. os **veículos e funcionários** da empresa, responsáveis pela coleta, deverão apresentar-se, conforme designação formal, devidamente identificados com adesivo, crachá e colete, respectivamente;

5.8.23. **transportar 1 (um) servidor designado pela Justiça Eleitoral** para acompanhar/fiscalizar cada roteiro de **entrega** de urnas, cabinas, pastas e demais materiais eleitorais;

5.8.24. a presença do servidor da Justiça Eleitoral não exime a Contratada de sua responsabilidade integral pela execução do serviço, não cabendo ao representante da Justiça Eleitoral executar atividades de responsabilidade da Contratada, incluindo o preenchimento de controles e recibos;

5.8.24. **retornar ao cartório eleitoral**, acompanhada do servidor referido no subitem acima, após a conclusão de cada roteiro de entrega, a fim de confirmar a execução do serviço e entregar os **recibos contendo a hora da entrega e a assinatura do responsável pela recepção das urnas** em cada local de votação;



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

5.8.25. entregar aos cartórios eleitorais, até o dia 15/09/2026, envelopes grandes para os roteiros de recolhimentos das mídias, os quais serão utilizados para acondicionar os envelopes de segurança contendo as mídias e os documentos com o resultado das seções eleitorais;

5.8.26. **adotar as cautelas** necessárias para o manuseio e transporte das urnas, observando as orientações da Justiça Eleitoral, acondicionando-os exclusivamente nos compartimentos de carga dos veículos;

5.8.27. a Contratada deverá assegurar a integridade física dos materiais durante todas as etapas do transporte;

5.8.28. viabilizar a utilização de software (caso seja desenvolvido pelo TRE-SC) por seus colaboradores, para confirmação da execução da entrega/recebimento dos equipamentos e materiais, mediante a leitura de Qr-code por dispositivos móveis (smartphones) com conectividade à internet;

5.8.29. caso seja disponibilizado, o uso do software será obrigatório para fins de registro e comprovação da execução dos serviços;

5.8.30. os veículos utilizados e/ou seus respectivos condutores deverão permitir o compartilhamento de sua localização em tempo real, se solicitado pelo TRE-SC;

5.8.31. o compartilhamento de localização deverá ocorrer durante toda a execução dos roteiros, sempre que solicitado pelo TRE-SC;

5.8.32. a empresa contratada deverá, até 18/09/2026, apresentar às zonas eleitorais o CPF dos motoristas responsáveis por cada roteiro, bem como o modelo e marca do respectivo veículo;

5.8.33. se o Fiscal Setorial entender que algum modelo de veículo não atenda adequadamente o roteiro para o qual foi indicado, a Contratada deverá realizar a demonstração ou comprovação dentro do prazo estabelecido na cláusula 5.1 (até 25 de setembro de 2026), em local a ser definido pelo juízo eleitoral;

5.8.34. após a demonstração que trata o subitem 5.8.33, se o Fiscal Setorial entender pela não adequação do veículo, a Contratada deverá promover a sua substituição ou adequação do veículo de forma a não comprometer o cronograma da operação;

5.8.35. eventuais alterações de modelo de veículo, após o prazo, serão apresentadas pelo preposto desde que devidamente justificada e condicionada à aprovação pelo Fiscal Setorial;

5.8.36. além dos veículos previstos para atender ao número de roteiros fixados, a Contratada disponibilizará automóveis de reserva para cobrir eventualidades com os alocados, numa quantidade mínima de 1 (um) carro e 1 (uma) moto por município sede de zona eleitoral (Anexo II);

5.8.37. os veículos de reserva deverão permanecer à disposição no local indicado pelo Juiz Eleitoral em perfeitas condições para uso, garantindo a substituição imediata da frota



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

principal em caso de necessidade, e sem prejuízo ao cronograma das atividades, durante todo o período de execução dos serviços;

5.8.38. durante a execução do serviço, é vedado o transporte de pessoa estranha aos trabalhos da Justiça Eleitoral ou alheia ao objeto desta contratação nos veículos reservados à movimentação das urnas, cabinas e materiais;

5.8.39. os veículos a serviço da Contratada não poderão conter, sob hipótese alguma, qualquer identificação, propaganda eleitoral ou símbolo que remeta a partido ou coligação, quer em nível municipal, estadual ou federal;

5.8.40. é vedada a subcontratação para a execução do objeto contratado;

5.8.41. assumir a responsabilidade integral e exclusiva por eventuais demandas trabalhistas movidas por seus empregados, bem como por quaisquer processos, ações ou reclamações propostas por terceiros em decorrência de atos culposos ou dolosos praticados por sua equipe na execução dos serviços.

5.9. Transferência de conhecimento

Não se aplica.

5.10. Direitos autorais

Não se aplica.

5.11. Qualificação técnica ou formação dos profissionais envolvidos na execução

Não se aplica.

6. Modelo de gestão do contrato

6.1. Gestão do contrato

6.1.1. As atividades de gestão contratual compreendem:

- a) coordenar as atividades relacionadas à fiscalização técnica, administrativa e setorial;
- b) acompanhar os registros realizados pela fiscalização do contrato das ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, e informar à autoridade superior aquelas que ultrapassarem a sua competência;
- c) acompanhar a manutenção das condições de habilitação da Contratada, para fins de empenho de despesa e de pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais;
- d) coordenar a rotina de acompanhamento e de fiscalização do contrato, cujo histórico de gerenciamento deverá conter todos os registros formais da execução, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, e elaborar relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração;



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- e) coordenar os atos preparatórios à instrução processual e ao envio da documentação pertinente às unidades competentes, para a formalização dos procedimentos relativos à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e à extinção dos contratos, entre outros;
- f) elaborar o relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração, com as informações obtidas durante a execução do contrato;
- g) coordenar a atualização contínua do relatório de riscos durante a gestão do contrato, com apoio da fiscalização técnica, administrativa e setorial;
- h) emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelas fiscalizações técnica, administrativa e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, a constarem do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações conforme disposto em regulamento;
- i) realizar o recebimento definitivo do objeto do contrato, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais; e
- j) tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções.

6.1.2. As atividades de fiscalização técnica do contrato compreendem:

- a) prestar apoio técnico e operacional à gestão do contrato com informações pertinentes às suas competências;
- b) anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;
- c) emitir notificações para a correção de rotinas ou de qualquer inexatidão ou irregularidade constatada, com a definição de prazo para a correção;
- d) informar à gestão do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem a sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso;
- e) comunicar imediatamente à gestão do contrato quaisquer ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas estabelecidas;
- f) fiscalizar a execução do contrato para que sejam cumpridas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a administração, com a conferência das notas fiscais e das documentações exigidas para o pagamento e, após o ateste, que certifica o recebimento provisório, encaminhar à gestão do contrato para ratificação;



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- g) comunicar à gestão do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual;
- h) participar da atualização do relatório de riscos durante a fase de gestão do contrato, em conjunto com a fiscalização administrativa e com a setorial;
- i) auxiliar a gestão do contrato com as informações necessárias, na elaboração do documento comprobatório da avaliação realizada na fiscalização do cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado; e
- j) realizar o recebimento provisório do objeto do contrato, mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

6.1.3. As atividades de fiscalização administrativa do contrato compreendem:

- a) prestar apoio técnico e operacional à gestão do contrato, com a realização das tarefas relacionadas ao controle dos prazos relacionados ao contrato e à formalização de apostilamentos e de termos aditivos, ao acompanhamento do empenho e do pagamento e ao acompanhamento de garantias e glosas;
- b) verificar a manutenção das condições de habilitação da contratada, com a solicitação dos documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário;
- c) examinar a regularidade no recolhimento das contribuições fiscais, trabalhistas e previdenciárias;
- d) atuar tempestivamente na solução de eventuais problemas relacionados ao descumprimento das obrigações contratuais e reportar à gestão do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;
- e) participar da atualização do relatório de riscos durante a fase de gestão do contrato, em conjunto com a fiscalização técnica e com a setorial;
- f) auxiliar a gestão do contrato com as informações necessárias, na elaboração do documento comprobatório da avaliação realizada na fiscalização do cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado; e
- g) realizar o recebimento provisório do objeto do contrato, mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

6.1.4. Caberá à fiscalização setorial do contrato e, nos seus afastamentos e seus impedimentos legais, ao seu substituto exercer as atribuições de que tratam os subitens 6.1.2 e 6.1.3.

6.2. Gestão e fiscalização

As atividades de gestão e fiscalização serão exercidas pelo servidor titular da Coordenadoria de Eleições ou seu substituto, com o apoio, no que se refere à fiscalização administrativa, da Seção de Preparação de Pagamentos e Análise Tributária – COFC e da Seção de Gerenciamento de Contratações – CC, ambas da Secretaria de Administração e Orçamento.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

	Titular ou substituto das unidades
Gestor da contratação	Coordenadoria de Eleições
Fiscal técnico	Seção de Logística de Eleições
Fiscais administrativos	Seção de Gerenciamento de Contratações e Seção de Preparação de Pagamentos e Análise Tributária
Fiscais setoriais	Chefes dos Cartórios Eleitorais

6.3. Instrumentos Formais

A contratação será formalizada por meio de instrumento de contrato.

6.4. Acompanhamento do Contrato

O protocolo de comunicação entre o Tribunal e a Contratada ocorrerá mediante a troca de mensagens eletrônicas (e-mail) entre a Equipe de Gestão da Contratação e os prepostos da empresa, sendo que esta tem o prazo de 24 (vinte e quatro) horas para responder.

Também haverá o acompanhamento da execução do contrato mediante as informações de realização de atividades fornecidas pelos cartórios eleitorais, via acompanhamento próprio do Projeto Eleições 2026, e principalmente, pelo apontamento e preenchimento das informações no Sistema Rotas.

Nos períodos críticos da execução, especialmente na véspera e no dia do pleito, a comunicação deverá ocorrer de forma imediata, por meio de canais ágeis, de modo a viabilizar a pronta solução de eventuais ocorrências.

6.5. Alocação de riscos

Não se aplica a esta contratação.

7. Critérios de medição e de pagamento

Para apuração do valor a ser pago, será verificado o número de locais de votação em que foram efetivamente transportadas urnas e mídias pela Contratada, conforme os dados inseridos pelos Fiscais Setoriais no sistema Rotas, desde que comprovada a regular execução dos serviços.

Eventuais inconsistências entre os registros do sistema e os comprovantes de execução poderão ser objeto de verificação pela fiscalização.

8. Reajuste ou repactuação

Os preços inicialmente contratados poderão ser reajustados após 1 (um) ano, com data-base vinculada à data do orçamento estimado, utilizando-se, para o cálculo, o Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, publicado na ocasião, ou, na hipótese de extinção deste índice, utilizar-se-á o que venha a substituí-lo.

9. Forma e critérios de seleção do fornecedor



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

9.1. Parcelamento e adjudicação

Considerando a característica temporária dos serviços e o fim a que se destina no curto período do calendário eleitoral, a contratação deverá ser realizada de forma centralizada pelo TRE-SC, a fim de facilitar a gestão contratual e promover economia, não sendo viável seu parcelamento em itens, por região ou período.

A execução integrada dos serviços é essencial para garantir a coordenação logística e o cumprimento dos prazos estabelecidos, o que seria comprometido em caso de parcelamento.

O objeto deverá ser adjudicado GLOBALMENTE à empresa cuja proposta seja considerada vencedora.

9.2. Seleção do fornecedor

Será vedada a participação de pessoa física, conforme previsto no item 3 do Estudo Técnico Preliminar.

Os proponentes deverão apresentar os preços unitários relativos ao transporte, por local de votação, discriminados por item (Item “3. Descrição da solução”), subdividindo-os em área urbana e rural, aplicando-se, para o cálculo do preço final estimado, a seguinte fórmula:

$$Pf = (Peuu + Pcuu) \times 2.000 + (Peur + Pcur) \times 1.500 + Pcmu \times 2.000 + Pcmr \times 1.500$$

Onde:

Peuu = Preço por local de entrega de urnas, cabinas e pastas de mesários em área urbana;

Peur = Preço por local de entrega de urnas, cabinas e pastas de mesários em área rural;

Pcuu = Preço por local de coleta de urnas, pastas e cabinas em área urbana;

Pcur = Preço por local de coleta de urnas, pastas e cabinas em área rural;

Pcmu = Preço por local de coleta de envelopes com mídias em área urbana;

Pcmr = Preço por local de coleta de envelopes com mídias em área rural;

Pf = Preço final estimado.

A fórmula tem caráter estimativo, sendo utilizada exclusivamente para fins de julgamento das propostas.

Para fins de julgamento, o preço final estimado considera a ocorrência apenas do 1º turno, conforme os dados arrolados no Item “3. Descrição da solução”.

A quantidade de locais é aproximada, correspondendo à totalidade existente no Cadastro Eleitoral em abril de 2026, podendo haver variações (conforme citado) de acordo com a



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

definição das agregações, das seções de presos provisórios e o incremento do eleitorado até o prazo final de encerramento do processamento do cadastro de eleitores.

As variações nos quantitativos não implicarão, por si só, revisão dos preços unitários ofertados.

As quantidades e endereços dos locais e os roteiros realizados em 2024, conforme informações registradas pelos cartórios eleitorais, estarão disponíveis no site do TRE-SC em link a ser informado no Edital.

Em alguns locais, poderá ser necessária a realização parcial do percurso por via aquática, conforme indicado no Anexo I.

Em alguns casos, devido às condições desfavoráveis das estradas, especialmente nas localidades do interior do Estado, o roteiro de coleta das mídias poderá ser incorporado pelo roteiro de coleta das urnas, resultando em apenas um tipo de roteiro de coleta, o de urnas, para efeitos de controle e pagamento. Nesses casos, o pagamento observará a efetiva execução do tipo de roteiro realizado.

Também em alguns casos, o cartório eleitoral poderá ficar responsável pela execução do transporte em alguns dos locais de votação, sendo essa definição comunicada à empresa previamente até a data da reunião final, conforme cronograma.

Para fins de composição de preço, no Item “4. Requisitos da contratação” constam as quantidades efetivamente executadas pela empresa vencedora nos dois últimos pleitos.

O pagamento será efetuado com base nos serviços efetivamente executados, observadas as condições estabelecidas neste Termo de Referência.

9.2.1. Critérios de habilitação

Em relação à **Habilitação Jurídica**, deverá ser exigida autorização da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT para o exercício da atividade a ser contratada, por meio do Registro Nacional de Transportadores Rodoviários de Cargas – RNTR-C.

Em relação à **Qualificação Técnica**, considerando a natureza do objeto, deverá ser exigido:

a) um ou mais atestados que demonstrem capacidade operacional da empresa na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior;

a.1) a comprovação da capacidade técnica solicitada acima deverá contemplar **a entrega e/ou a coleta**, em um mesmo dia, de um quantitativo mínimo de **50% (cinquenta por cento)** do quantitativo total de locais previsto (subitens 1, 2 e 3 do subitem “4.1. Disponibilidade de veículos e pessoal”), ou seja, **entregas e/ou coletas** em pelo menos 1.775 locais com endereços distintos em um mesmo dia.

A exigência justifica-se em razão da necessidade de execução simultânea de grande volume de roteiros em curto espaço de tempo, característica essencial do objeto contratado.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Em relação à **Qualificação Econômico-Financeira**, considerando a natureza dos serviços e o valor significativo do objeto, deverá ser exigido:

- a) balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, vedada sua substituição por balancetes ou balanços provisórios;
- b) certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante; e
- c) comprovação de capital mínimo ou de patrimônio líquido mínimo equivalente a até 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

9.2.2. Critérios de preferência e de desempate

Os critérios de preferência e de desempate obedecerão à legislação em vigor, em especial a Lei Complementar n. 123/2006.

9.2.3. Modalidade de licitação e critério de julgamento

O objeto pretendido é serviço comum, oferecido por diversos prestadores no mercado, apresentando características padronizadas e usuais, o que justifica, portanto, a utilização da modalidade “Pregão” e do critério de julgamento “Menor Preço”.

10. Estimativas do valor da contratação

O custo estimado dos serviços é de **R\$ 2.665.324,00** para o 1º turno das Eleições, e de **R\$ 2.665.324,00** para o 2º turno (se houver), totalizando **R\$ 5.330.648,00**.

Consta do Plano de Contratações para as Eleições 2026 (Anexo V) o valor de **R\$ 5.184.800,00** destinado ao objeto da presente demanda.

11. Alinhamento da contratação

11.1. Plano de Contratações Anual

Anexo V – Eleições.

Item 40 - Transporte de envelopes de segurança, urnas eletrônicas e cabinas.

11.2. Plano de Logística Sustentável

Inexistência de conflito do objeto com o Plano de Logística Sustentável do TRE-SC.

11.3. Outros instrumentos

A presente solução está alinhada ao Planejamento Estratégico do TRE-SC (Portaria P n. 83/2021).

O alinhamento estratégico refere-se aos seguintes objetivos, ações e iniciativas estratégicas:



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- Missão: Garantir a legitimidade do processo eleitoral e o livre exercício do direito de votar e ser votado, a fim de fortalecer a democracia;
- OERS1 - Garantia dos Direitos Políticos e Fundamentais;
- OERS3 - Fortalecimento da Segurança, Transparência e Credibilidade do Processo Eleitoral.

12. Adequação orçamentária

Programa de Trabalho	Elemento de Despesa	Valor
02.061.0033.4269.0001	3.3.90.39	R\$ 5.330.648,00
Total		R\$ 5.330.648,00

13. Descumprimento contratual e penalidades

13.1. Nos termos da Portaria P n. 39/2023, o licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

- dar causa à inexecução parcial do contrato;
- dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- dar causa à inexecução total do contrato;
- deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- não celebrar o contrato ou a ata de registro de preços ou não aceitar ou retirar a nota de empenho ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n. 12.846, de 1º de agosto de 2013.

13.2. Serão aplicadas ao responsável, pelas infrações administrativas previstas no subitem 13.1, as seguintes sanções:

- advertência;



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

b) multa;

c) impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Direta e Indireta da União;

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública Direta e Indireta da União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

13.2.1. A sanção de advertência consiste em comunicação formal ao fornecedor que deu causa à inexecução parcial do contrato, conforme previsto na alínea “a” do subitem 13.1.

13.2.1.1. A advertência retira do fornecedor a condição de infrator primário, de modo que, em caso de reincidência, sanção mais severa poderá lhe ser aplicada, devendo ser observado o disposto no subitem 13.3.

13.2.2. A sanção de multa tem natureza pecuniária e poderá ser moratória ou compensatória, observados os seguintes termos:

a) o atraso injustificado no cumprimento dos prazos estabelecidos neste Termo de Referência sujeitará o contratado, a juízo da Administração, à multa moratória de 0,5% (zero vírgula cinco por cento), acrescida de 0,25% (zero vírgula vinte e cinco por cento) ao dia, a partir do segundo dia de mora, sobre o valor da parcela em atraso, e sua aplicação não dispensa a contratada do cumprimento da obrigação inadimplida;

b) a inexecução parcial do objeto sujeitará o contratado à multa compensatória, sem prejuízo da aplicação de outras penalidades cabíveis, inclusive multa de mora, quando for o caso.

b.1) para fins de aplicação da penalidade, serão observados os seguintes critérios:

I – descumprimento de obrigações relacionadas ao planejamento e à preparação da execução, incluindo não participação em reuniões, atraso na definição de roteiros, ausência de prepostos ou falhas na organização prévia:

1) quando a falha ocorrer no âmbito das zonas eleitorais: multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do conjunto de roteiros da(s) zona(s) eleitoral(is) afetada(s);

2) quando a falha ocorrer no âmbito da coordenação central da execução, na sede do TRE-SC: multa de até 0,5% (zero vírgula cinco por cento) sobre o valor total do contrato;

II – atraso no cumprimento de roteiro, sem comprometimento relevante da operação: multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela afetada;

III – descumprimento de roteiro ou execução em desacordo com as condições estabelecidas: multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor da parcela afetada;

IV – falha que comprometa a logística eleitoral ou a tempestividade da apuração dos resultados: multa de até 30% (trinta por cento) sobre o valor da parcela afetada;

V – extravio de mídias de resultado, urnas eletrônicas ou outros materiais essenciais ao processo eleitoral: multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

c) a inexecução total do objeto sujeitará o contratado, a juízo da Administração, à multa compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do objeto contratado.

13.2.2.1. A pena de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções estabelecidas neste Termo de Referência.

13.2.2.2. Ultrapassados 30 (trinta) dias de mora, será avaliada a possibilidade de aplicação da conversão da multa de mora para a compensatória por inexecução contratual.

13.2.2.3. A multa poderá ser aplicada em dobro se o infrator for reincidente, ou seja, se tiver sido sancionado por este Tribunal após decisão transitada em julgado, observando-se o disposto no subitem 13.3.

13.2.2.4. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas neste Termo de Referência.

13.2.2.5. A multa aplicada será:

- a) retida cautelarmente dos pagamentos devidos pela Administração e recolhida em definitivo ao Erário, após o trânsito em julgado da decisão que a impôs;
- b) descontada de eventuais faturas pendentes de pagamento;
- c) paga pelo fornecedor por meio de GRU;
- d) descontada do valor da garantia prestada; ou
- e) cobrada judicialmente.

13.2.3. A sanção de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Direta e Indireta da União poderá ser aplicada pelas infrações previstas no subitem 13.1, “b” a “g”, pelos seguintes prazos, de acordo com a infração cometida:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo ou dar causa à inexecução total do contrato: Prazo - 6 (seis) meses;
- b) deixar de entregar a documentação exigida para o certame: Prazo - 1 (um) mês;
- c) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado: Prazo - 1 (um) mês;
- d) não celebrar o contrato ou a ata de registro de preços ou não aceitar ou retirar a nota de empenho ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta: Prazo - 2 (dois) meses;
- e) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado: Prazo - 2 (dois) meses.

13.2.4. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública Direta e Indireta da União, Estados, Distrito Federal e Municípios poderá ser aplicada pelas infrações previstas no subitem 13.1, “h” a “l”, pelos seguintes prazos, de acordo com a infração cometida:



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- a) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato: Prazo - 3 (três) anos;
- b) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato: Prazo - 4 (quatro) anos;
- c) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza: Prazo - 4 (quatro) anos;
- d) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação: Prazo - 5 (cinco) anos;
- e) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n. 12.846, de 1º de agosto de 2013: Prazo - 6 (seis) anos.

13.2.5. Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.2.6. As sanções previstas nos subitens 13.2.3 e 13.2.4 poderão ser majoradas em 10% (dez por cento) para cada agravante, até o limite legal, em razão de:

- a) restar comprovado que o responsável pela infração administrativa tenha registro de penalidade aplicada no âmbito do TRE-SC, por prática de quaisquer das condutas tipificadas no presente Termo de Referência, nos 12 (doze) meses que antecederam o fato em decorrência do qual será aplicada a penalidade;
- b) restar comprovado que o infrator tenha sido desclassificado ou inabilitado por não atender às condições do edital, quando for notória a sua impossibilidade de atendimento ao estabelecido;
- c) o licitante ou fornecedor participante da dispensa eletrônica não responder às diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo de contratação; ou
- d) restar comprovado que o fornecedor tenha prestado declaração falsa de que é beneficiário do tratamento diferenciado concedido em legislação específica.

13.2.7. As penas previstas nas alíneas “b” a “e” do subitem 13.2.3 poderão ser reduzidas em 50% (cinquenta por cento), uma única vez, após a incidência das majorações previstas no subitem 13.2.6, quando não tenha havido nenhum dano à Administração, em decorrência de qualquer das seguintes atenuantes:

- a) a conduta praticada tenha sido, desde que devidamente comprovada, decorrente de falha escusável do fornecedor;



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

b) a conduta praticada seja decorrente da apresentação de documentação que contenha vícios ou omissões para os quais não tenha contribuído, ou que não sejam de fácil identificação, desde que devidamente comprovado; ou

c) a conduta praticada seja decorrente da apresentação de documentação que não atendeu às exigências do edital, desde que reste evidenciado equívoco em seu encaminhamento.

13.2.8. Quando a ação ou omissão do responsável pela infração administrativa ensejar o enquadramento de concurso de condutas, aplicar-se-á a pena mais grave.

13.2.9. A aplicação das sanções previstas no subitem 13.2 não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

13.2.10. É admitida a reabilitação do licitante ou do contratado sancionado, exigidos, cumulativamente:

a) reparação integral do dano causado à Administração Pública;

b) pagamento da multa;

c) transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;

d) cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;

e) análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste subitem.

13.2.10.1. A sanção pelas infrações previstas nas alíneas “a” e “e” do subitem 13.2.4 exigirá, como condição de reabilitação do fornecedor sancionado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

13.3. Restará afastada a reincidência após transcorrido 1 (um) ano entre a data do trânsito em julgado da decisão que aplicou a anterior penalidade ao infrator e a data da nova infração.

13.4. O responsável pela infração será intimado para apresentação de defesa e especificação de provas que pretenda produzir, no prazo de até 15 (quinze) dias úteis contados do recebimento da intimação.

13.4.1. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela autoridade competente ou pela Comissão de Apuração de Responsabilidade, o infrator poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

13.4.2. Serão indeferidas pela autoridade competente ou pela Comissão de Apuração de Responsabilidade, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

13.5. A sanção estabelecida no subitem 13.2.4 é de competência do Presidente do TRE-SC.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

13.6. Da aplicação das sanções previstas nos subitens 13.2.1, 13.2.2 e 13.2.3 caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

13.6.1. O recurso de que trata o subitem 13.6 será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.7. Da aplicação da sanção prevista no subitem 13.2.4 caberá apenas pedido de reconsideração, que deverá ser apresentado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

13.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.9. O descumprimento das obrigações previstas neste Termo de Referência, especialmente aquelas relacionadas ao planejamento, à execução dos roteiros e ao cumprimento dos prazos estabelecidos, poderá ensejar a aplicação das sanções previstas neste item.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Anexo I

Locais de votação que necessitam, alternativamente, de percurso parcial por via aquática em Santa Catarina:

ZONA	MUNICÍPIO	LOCAL	NOME DO LOCAL	LOCALIDADE	ESPECIFICAÇÃO
27ª	SÃO FRANCISCO DO SUL	1180	ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA JOÃO ALFREDO MOREIRA	VILA DA GLÓRIA	Travessia hidroviária da Baía da Babitonga, de 4 a 7 km, conforme o ponto de partida/retorno e o meio de transporte utilizado (barco ou balsa)
		1198	ESCOLA MUNICIPAL DO ESTALEIRO	ESTALEIRO	
20ª	LAGUNA	1309	ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA FRANCISCO ZEZUÍNO VIEIRA	PONTA DA BARRA	Travessia hidroviária por balsa, de aproximadamente 1 km de extensão, sobre os molhes da barra de Laguna
		1112	ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA CUSTÓDIO FLORIANO DE CÓRDOVA	PASSAGEM DA BARRA	
		1120	ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA COMANDANTE MOREIRA	CAMPOS VERDES	
		1538	SALÃO PAROQUIAL CANTO DA LAGOA	CANTO DA LAGOA	
		1503	ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA VEREADOR JURANDIR PEREIRA DOS SANTOS	CIGANA	
		1317	ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA SANTA MARTA	FAROL DE SANTA MARTA	
13ª	FLORIANÓPOLIS	1643	GRUPO ESCOLAR MUNICIPAL	COSTA DA LAGOA	Travessia hidroviária por meio de barco de linha, que cruza a Lagoa da Conceição



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Anexo II

Lista de municípios que são sede de Zona Eleitoral em Santa Catarina:

MUNICÍPIO SEDE	ZONAS
Araranguá	Zona 1
Biguaçu	Zona 2
Blumenau	Zonas 3 e 88
Bom Retiro	Zona 4
Brusque	Zonas 5 e 86
Caçador	Zona 6
Campos Novos	Zona 7
Canoinhas	Zona 8
Concórdia	Zonas 9 e 90
Criciúma	Zonas 10, 92 e 98
Curitibanos	Zona 11
Florianópolis	Zonas 12, 13 e 100
Ibirama	Zona 14
Indaial	Zona 15
Itajaí	Zonas 16 e 97
Jaraguá do Sul	Zonas 17 e 87
Joaçaba	Zonas 18 e 85
Joinville	Zonas 19, 76, 95, 96 e 105
Laguna	Zona 20
Lages	Zonas 21, 93 e 104
Mafra	Zona 22
Orleans	Zona 23
Palhoça	Zonas 24 e 107
Porto União	Zona 25
Rio do Sul	Zonas 26 e 102
São Francisco Sul	Zona 27
São Joaquim	Zona 28
São José	Zonas 29 e 84
São Bento do Sul	Zona 30
Tijucas	Zona 31
Timbó	Zona 32
Tubarão	Zonas 33 e 99
Urussanga	Zona 34
Chapecó	Zona 35
Videira	Zona 36
Capinzal	Zona 37



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

MUNICÍPIO SEDE	ZONAS
Itaiópolis	Zona 38
Ituporanga	Zona 39
Palmitos	Zona 41
Turvo	Zona 42
Xanxerê	Zona 43
Braço do Norte	Zona 44
São Miguel do Oeste	Zonas 45 e 82
Taió	Zona 46
Tangará	Zona 47
Xaxim	Zona 48
São Lourenço do Oeste	Zona 49
Dionísio Cerqueira	Zona 50
Sta Cecília	Zona 51
Anita Garibaldi	Zona 52
São João Batista	Zona 53
Sombrio	Zona 54
Pomerode	Zona 55
Balneário Camboriú	Zonas 56 e e 103
Trombudo Central	Zona 57
Maravilha	Zona 58
Guaramirim	Zona 60
Seara	Zona 61
Imaruí	Zona 62
Ponte Serrada	Zona 63
Gaspar	Zona 64
Itapiranga	Zona 65
Pinhalzinho	Zona 66
Sto Amaro Imperatriz	Zona 67
Baln. Piçarras	Zona 68
Campo Erê	Zona 69
São Carlos	Zona 70
Abelardo Luz	Zona 71
Imbituba	Zona 73
Rio Negrinho	Zona 74
Fraiburgo	Zona 77
Quilombo	Zona 78
Içara	Zona 79
Papanduva	Zona 81



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

MUNICÍPIO SEDE	ZONAS
Modelo	Zona 83
Itapema	Zona 91
Navegantes	Zona 106